

O bicentenário (da)nação: as contradições de um país pronto, mas que não se fez

Paulo Silvino Ribeiro¹

ORCID: 0000-0002-6359-0744

Resumo: A partir de uma análise sociológica do processo de formação do Estado brasileiro como independente, o presente artigo busca apresentar as contradições que forjaram os caminhos e descaminhos do país em sua constituição política, econômica e social. Da leitura de fatos e processos históricos relevantes da constituição nacional, busca-se provocar uma reflexão sobre a natureza da independência nacional, bem como acerca dos resultados mais diretos à vida da sociedade brasileira, marcados por incongruências profundas.

26

Palavras-chave: Estado brasileiro. independência do Brasil. economia brasileira. nacionalismo.

¹ Doutor em Sociologia pela UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas, Mestre em Sociologia pela UNESP - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (2010) e bacharel em Ciências Sociais-Geral pela UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas (2006). É professor de Sociologia e Políticas Públicas em Curso de Graduação e Pós-Graduação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo - FESPSP, integrante do NDE (Núcleo Docente Estruturante) do Curso de Graduação de Sociologia e Política, ex-coordenador da CPA - Comissão Própria de Avaliação e ex-coordenador do Núcleo de Pesquisa nesta mesma instituição. Exerce atividade de pesquisa com temática pertinente ao Pensamento Social Brasileiro, à Formação da Sociedade Brasileira e à Políticas Públicas. Atua como gerente de projetos e consultor nas iniciativas pública e privada, com experiência em avaliação de programas, políticas públicas e criação de indicadores.

Abstract: From a sociological analysis of the process of formation of the Brazilian State as independent, this article seeks to present the contradictions that forged the paths and misdirections of the country in its political, economic and social constitution. From the reading of relevant historical facts and processes of the national constitution, we seek to provoke a reflection on the nature of national independence, as well as on the most direct results for the life of Brazilian society, marked by profound inconsistencies.

27

Keywords: Brazilian State. independence of Brazil. Brazilian economy. nationalism.

Resumen: A partir de un análisis sociológico del proceso de formación del Estado brasileño como independiente, este artículo busca presentar las contradicciones que forjaron los caminos y desvíos del país en su constitución política, económica y social. A partir de la lectura de hechos y procesos históricos relevantes de la constitución nacional, buscamos provocar una reflexión sobre la naturaleza de la independencia nacional, así como sobre los resultados más directos para la vida de la sociedad brasileña, marcada por profundas inconsistencias.

28

Palabras Clave: Estado brasileño. independencia de Brasil. economía brasileña. nacionalismo.

Por ocasião da comemoração do bicentenário da Independência do Brasil em 2022, tem-se uma importante oportunidade para reflexão não apenas sobre o passado nacional, mas sobretudo acerca das permanentes contradições brasileiras nos últimos dois séculos, em especial, nestes últimos cem anos em que o capitalismo industrial se instaurou, bem como sobre realidade presente e os desafios futuros. Quando Pedro Américo de Figueiredo e Melo (1843-1905) almejava em fins do século XIX, inspirado por estéticas estrangeiras, retratar a grandeza e altivez de um país que nascia em seu famoso quadro *Independência ou Morte*², assim o fazia em um contexto no qual a classe política e intelectual desejava construir a identidade de um Estado que ainda não teria se concretizado. O ideal de um Brasil republicano, que desejava se fazer sob o discurso das grandezas nacionais, colocava-se como o capítulo subsequente do grandioso (pelo menos assim imaginado) 7 de setembro de 1822, exatos 67 anos antes, perfazendo-se, porém, sob a égide de uma estrutura em nada republicana. Afinal, em fins do século XIX a política nacional ainda era aristocrática, a estrutura produtiva permanecia agrária e amplamente dependente do mercado externo, a ordem livre convivia com os resquícios daquela escravocrata, racista e a retórica do sufrágio universal tinha por base o voto de cabresto, *modus operandi* do coronelismo, como bem retratou Victor Nunes Leal (1975). Eis alguns dos aspectos da realidade que marcavam a contradição com o espírito nacional que teria inspirado o pintor da mais famosa obra sobre a história brasileira em 1888, um ano antes da Proclamação da República.

No plano intelectual, as primeiras leituras sobre o país, datadas da segunda metade do século XIX, também foram marcadas pelo peso da visão conservadora, a exemplo das obras orientadas pelo racismo biológico como explicação científica para o chamado atraso nacional, tendo por centralidade o problema da miscigenação racial como obstáculo a ser superado, caso o país realmente almejasse sair da barbárie rumo à condição de povo civilizado. Inspirados por princípios positivistas e liberais importados da Europa como referências políticas, científicas e morais, não faltaram figuras na elite intelectual que assim pontuassem seus textos a partir de teses orientadas por uma lógica que, curiosamente, discorriam sobre o povo nativo vilipendiando-o. Silvio Romero e Nina Rodrigues foram bons exemplos neste sentido³.

² BARCISNSKI, Fabiana W. (org.). *Sobre a arte brasileira: da Pré-história aos anos 1960*. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes: Edições SESC São Paulo, 2014.

³ Ver mais em: LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. São Paulo, Ática, 1978.

Mas as contradições entre o imaginário da Independência, do projeto de país pelas elites, e a realidade do Brasil como Estado-nação não se limitaram ao final do século XIX. Adentraram e assim permaneceram ao longo de todo o século XX, novamente se fazendo presentes nos mais diversos âmbitos da discussão acerca da construção nacional, perpassando a política e seu arranjo, os projetos econômicos para o país, a produção intelectual, acadêmica e artística.

No plano político, a Primeira República (1889-1930) é marcada por uma forma de governar que prescindiria do povo, uma vez que a valorização da *res pública* com o advento do voto não ampliou efetivamente a participação e a representatividade política dos mais pobres, em especial da população negra, não garantindo a consolidação da democracia como se pressupõe em uma democracia. O projeto republicano, a despeito de sua ilustração liberal, mais se caracterizou por um projeto político dos donos do poder⁴ que almejavam maior autonomia em seus negócios e mais poder político nas decisões, travestindo de interesse nacional o que na verdade eram seus interesses enquanto classe. Em nome do regionalismo, contraditoriamente se defendeu, sobretudo, o federalismo como uma retórica integradora do país.

Em termos econômicos, as condições nacionais e internacionais seriam propícias à exploração do café desde os últimos dois decênios do século XIX, o que explicaria o surto cafeeiro e, portanto, a principal atividade e matriz econômica. Segundo Edgard Carone (1970), dentre as causas deste fenômeno estariam questões importantes como o fato de que a “baixa cambial resulta em emissões contínuas, o que significa abundância de capitais e necessidade de rápida aplicação para renda; assim, multiplicam-se empresas comerciais, industriais e rurais, principalmente as fazendas de café, que exigem grandes capitais” (CARONE, 1972, p. 29). Deste modo, a base agrário-exportadora seria mantida como vocação nacional ao longo da Primeira República, em que pesem momentos de crise e da necessidade de ações do governo para recuperação do setor, intercalados a momentos de alta produção e níveis de exportação. Como resultado direto, continuaria o país, agora como Estados Unidos do Brasil⁵, profundamente dependente do capital externo, relativizando sua autonomia econômica e independência política.

⁴ Ver mais em: FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3. ed. Porto Alegre: Globo, 2007.

⁵ Nome que o país recebeu de 1889 até 1968, quando a partir da Lei 5.443, em pleno regime militar, passou a se chamar República Federativa do Brasil.

No início do século passado a industrialização continuava incipiente (embora numa crescente) pelo menos até os anos 1930, sem integrar a maioria da população negra na agora constituída sociedade de classes (a despeito dos ares escravocratas permanentes, com pouca ou nenhuma mobilidade social), como bem explicam Florestan Fernandes e Roger Bastide (2008) ao analisarem a questão racial e o advento do capitalismo industrial no Brasil. Segundo os autores, “as oportunidades criadas pelas tendências de desenvolvimento urbano da economia paulista vão beneficiar os imigrantes europeus e muito pouco os mulatos ou negros libertos” (FERNANDES e BASTIDE, 2008, p. 59).

Esse modelo econômico assentado na produção agrícola deixaria suas marcas na consolidação do capitalismo brasileiro que, de modo tardio, conheceria a industrialização pesada somente a partir da Era Vargas. Menos que por um projeto nacional aventado na Primeira República, e mais pelas consequências da crise de 1929 que desestabilizaram a economia nacional, fortuitamente o país se via diante da necessidade de reconsiderar as bases de sua relação com mercado internacional, em busca de menor dependência. Neste contexto, a bandeira da independência e dos interesses nacionais seria um dos pilares da Revolução de 1930, a qual conduziria Getúlio Vargas ao poder para os próximos 15 anos, até o final da Segunda Guerra Mundial, quando o protecionismo e o nacionalismo exacerbado não mais fariam sentido na agenda internacional.

Também na cena cultural, assim como no conjunto das primeiras interpretações com ares sociológicos acerca da realidade brasileira entre a Primeira e a Segunda Repúblicas, as contradições se fizeram presentes. No centenário da Independência em 1922, os modernistas projetavam-se como vanguardistas de uma nova forma de pensar e produzir sobre a cultura nacional. Porém, tratou-se de um movimento de cunho elitista, promovido por uma geração descendente da mesma elite latifundiária e conservadora. A despeito da sensibilidade daqueles artistas e escritores em buscar a especificidade da cultura brasileira, partiu-se de um sentido estético ancorado nas escolas europeias, defendendo o imbricamento do estrangeiro ao nacional, extraindo do primeiro o que fosse de interesse do segundo, conforme atestam as linhas gerais contidas nos textos *Escolas & Ideias* (de 1922), *Manifesto da Poesia Pau Brasil* (de 1924) e no *Manifesto Antropófago* (de 1928), todos de Oswald de Andrade (2017). Ainda hoje, não são poucas as críticas e polêmicas tanto em torno do que teria sido a Semana de Arte Moderna

de 1922 enquanto movimento excludente da cultura popular, assim como com relação ao modernismo enquanto movimento literário, artístico e mesmo político, a despeito de sua inquestionável crítica aos padrões mais arcaicos da cultura da brasileira, considerada como conservadora e romântica pelo movimento.

Também imbuídas de contradições, na medida em que tropeçavam no conservadorismo ao buscarem uma leitura mais autêntica e sofisticada sobre a realidade brasileira, estavam obras de autores como Oliveira Vianna (1987) e Gilberto Freyre (1998), ambas desejosas em sistematizar uma explicação acerca do caráter nacional e das especificidades da sociedade brasileira. A obra de Freyre, *Casa Grande & Senzala*, publicada em 1933, está entre as obras mais icônicas acerca do pensamento de uma época. A partir de uma perspectiva que ressignificava a visão pessimista vigente até então sobre a miscigenação racial, acabaria por produzir a matéria-prima e o verniz acadêmico necessários para a ideologia do mito da fundação nacional, a qual estaria assentada na lógica da formação do país a partir do amálgama das raças em um grande cadinho⁶ étnico. A partir desta leitura positiva da miscigenação no país, bem como de uma análise que cristalizava a naturalização da violência das relações raciais e sociais dentre aqueles que transitavam entre a casa-grande e a senzala, Gilberto Freyre encorajou o discurso da democracia racial (embora ele mesmo não tenha utilizado do termo) como mote para a explicação da organização social brasileira, fortalecendo os fundamentos para o nacionalismo como ideologia basilar para a construção do país. Nada mais contraditório à realidade nacional (não apenas para o Brasil de 90 anos atrás, como para hoje) que uma tese que tem por conclusão uma visão de natureza romântica acerca das relações entre brancos e negros, apagando ou diluindo os conflitos interétnicos. Se é verdade que não teria sido, necessariamente, o livro de Freyre o criador do mito da democracia racial, em muito contribuiu ao imaginário social (não apenas das elites) para tal percepção, o qual por tantas outras contradições estruturais da sociedade brasileira tem dificuldade (ou assim não deseja) em perceber a latente questão racial de um país de passado escravocrata. Não à toa, décadas depois da publicação desta obra, ainda permanece a falsa percepção de que no Brasil não haveria racismo, premissa equivocada que contribui negativamente ao enfrentamento do racismo de cunho estrutural.

⁶ Ver mais em: ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

Mas a despeito da contradição entre a tese e a realidade que salta aos olhos, o desdobramento político e cultural que terá esta obra no momento de sua publicação acaba por fazer sentido, afinal, nada mais oportuno que uma interpretação que corroborasse o ufanismo tão necessário ao projeto nacional das elites dirigentes e aos formadores de opinião nos idos dos anos 1930 e 1940. Aliás, é preciso lembrar que, como projeto de poder e de nação, o nacional-desenvolvimentismo varguista tinha por necessidade o nacionalismo como lastro político. Não por outro motivo, em seu governo foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP para divulgar a mensagem e a ideologia oficiais, reforçando o sentimento nacional entre a opinião pública, enaltecendo a figura do presidente como o grande líder nacional. Mas como governante, embora Getúlio Vargas tenha assegurado direitos trabalhistas e sociais à classe urbana trabalhadora, o preço do nacional desenvolvimentismo teria sido a própria democracia, suspendida em 1937 a partir do Estado Novo, bem como o alinhamento ao projeto hegemônico estadunidense um pouco mais tarde, ao longo da Segunda Guerra.

Do mesmo modo como a busca da autonomia nacional por meio do alinhamento ideológico e do recebimento de capital dos Estados Unidos da América para infraestrutura⁷ tem sua natureza contraditória, assim também o foi a condição do cidadão como ator político no seio de um governo populista de Vargas. Conforme aponta Francisco Weffort (1977), o populismo foi ao mesmo tempo um modo de estruturação do poder para os grupos dominantes e a principal forma de expressão política da emergência popular. A Elite exercia domínio, mas este domínio estava ameaçado. A pressão popular ao longo do tempo aumentaria e, por conta disso, tornara-se um dos elementos centrais do processo político. As formas de aquisição ou de preservação do poder estariam cada vez mais impregnadas da presença popular. Getúlio Vargas estava convencido quanto a necessidade de sustentar alguns aspectos fundamentais no populismo: a personalização do poder, a imagem (meio real e meio mítica) da soberania do Estado sobre o conjunto da sociedade e a necessidade de estimular a participação das massas populares urbanas. Contudo, é no modelo ou no nível de participação popular que estaria a contradição entre a narrativa populista e seus resultados mais práticos. As relações

⁷ Foi com recursos estadunidenses que na década de 1940 foi construída a Companhia Siderúrgica Nacional, fundamental indústria de base que mais tarde contribuiria para alavancar a indústria nacional de acordo com um projeto econômico de substituição de importações.

políticas que as classes populares urbanas mantiveram com o Estado e com as demais classes foram predominantemente individuais, esvaziando o sentido coletivo mais geral. “É, portanto, a esse nível de relações individuais que convém estudar o populismo se se quer entender sua significação como manipulação e como política de classe” (WEFFORT, p. 66, 1977). A partir desta perspectiva é que convém discutir o problema de se saber até que ponto os interesses reais das classes populares foram efetivamente atendidos pelos líderes e até que ponto elas serviam passivamente de “massa de manobra” para os grupos dominantes. Desse modo, Weffort (1977) aponta que “a manipulação populista é uma relação ambígua, tanto do ponto de vista social como do ponto de vista político.” Não se tem relações entre classes, mas entre indivíduos (WEFFORT, 1977, p. 67). Neste sentido, como uma das contradições que marcam a história nacional, o populismo é produto das transformações da década de 30 do século passado no Brasil e, enquanto fenômeno político, só pode ser compreendido no contexto do processo de crise política, desenvolvimento econômico e transformações sociais que se abre naquele momento.

As transformações sociais da primeira metade do século XX no Brasil, assim como a presença do chamado efeito de demonstração - conceito que sugere a presença de aspectos econômicos, pelos hábitos de consumo, que emulam a presença da modernidade e do progresso capitalista dos países mais ricos, seriam apenas fatos sociais que simbolizariam (embora com alguma materialidade) mais uma etapa da modernização conservadora instaurada no país desde o século XIX. Modernizar e conservar são ideias antagônicas por princípio, mas no processo de formação do Estado brasileiro parecem ter alcançado uma condição *sine qua non* de conciliação (ou equivalência), dando vazão a um processo que alude ao que Gramsci (2002) cunhou de revolução passiva, e que assim se constitui como chave interpretativa para compreender o Brasil, como bem sugere Luiz Werneck Vianna (1997).

Neste sentido, é possível dizer que no despontar de um Brasil moderno, cada vez mais industrial e urbano, ao final do segundo quartil do século XX, ainda não havia maior distribuição de riqueza, uma democracia fortalecida, e tampouco uma consolidada autonomia nacional diante o capital estrangeiro. Portanto, os avanços alcançados no desenvolvimento da indústria, dos centros urbanos, da tecnologia, na institucionalização da universidade, entre outros aspectos, não foram suficientes para superar a condição de uma economia de subdesenvolvimento que

gerou concentração de renda e distribuição de pobreza e vulnerabilidade social. Foram, aliás, as fragilidades sociais, econômicas e políticas – principalmente com o fim do populismo como instrumento de equilíbrio de forças dos setores da sociedade no adiantar da década de 1960 – que deram as condições necessárias para que em 1964 se instaurasse a ditadura militar, permitindo que o discurso autoritário se tornasse um fantasma que assombraria as instituições democráticas até hoje.

Mas as contradições nacionais não foram apenas resultado direto da produção e permanência de problemas internos ao país, fossem eles estruturais, econômicos, políticos ou, de modo geral, resultantes da dificuldade da burguesia nacional em ampliar seu horizonte cultural, como bem aponta Florestan Fernandes (2008) ao tratar sobre os desafios nacionais na segunda metade do século XX, diante das mudanças sociais no Brasil. As contradições que se verificam na história nacional também se explicariam pelos intentos internacionais do capitalismo aqui instaurado. Segundo Caio Prado Jr. (2011), as questões e desafios que se avolumavam no país tinham relação direta com o processo de formação econômica do Brasil no decorrer de séculos, processo este comprometido a partir da colonização do país, em especial, com seu sentido mais geral e imediato: o de atender aos interesses estrangeiros em detrimento dos nacionais. Para o autor, é “com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras [...] Esse início, cujo caráter se manterá dominante através dos três séculos que vão até o momento em que ora abordamos a história brasileira [1942], se agravará profunda e totalmente nas feições e na vida do país” (PRADO JR, 2011, p. 29). Dito de outro modo, o sentido da colonização do território nacional, contraditoriamente, não olhava para dentro, mas na direção da metrópole.

Portanto, na análise mais geral sobre a efetiva independência brasileira seria preciso considerar em que medida as incongruências nacionais se imiscuíram (ou foram, em boa parte, também resultado) em um processo mais amplo, do qual o Brasil faz parte como país latino-americano e, assim, enquanto economia dependente. Isso significa reconhecer os limites impostos ao Brasil e a seu desenvolvimento, limitação que se explica muito menos como etapa evolutiva do capital, do que como condição à qual a economia nacional é relegada na geopolítica internacional, da

colonização no século XVI até hoje. Ruy Mauro Marini (1973), ao discorrer sobre sua perspectiva acerca da Teoria da Dependência, chama atenção para o processo da superexploração do trabalhador como forma de compensar a estrutura, obsoleta e tardia diante do mundo, montada no país. Segundo Marini (1973):

[...] o problema colocado pela troca desigual para a América Latina não é precisamente o de se contrapor à transferência de valor que implica, mas compensar a perda de mais-valia, e que, incapaz de impedi-la no nível das relações de mercado, a reação da economia dependente é compensá-la no plano da produção interna. O aumento da intensidade do trabalho aparece, nessa perspectiva, como um aumento da mais-valia, obtido através de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento de sua capacidade produtiva (MARINI, 1973, p.11).

Portanto, eis mais uma contradição brasileira: gerou-se um modelo de desenvolvimento nacional que tinha por base a manutenção do subdesenvolvimento. Neste sentido é que Lúcio Kowarick (1975) vai apontar para a questão da marginalidade como pedra de toque que explicaria a condição dependente do Brasil e da América Latina como um todo, mais especificamente no que tange à manutenção e conciliação de formas tradicionais com outras modernas de produção. Para ele, no caso brasileiro,

[...] não se trata de duas estruturas, uma 'moderna' e outra 'tradicional', 'arcaica' ou 'marginal'. Trata-se de uma lógica estrutural, de tipo capitalista, a qual ao mesmo tempo gera e também mantém formas de inserção na divisão social do trabalho não tipicamente capitalistas que longe de serem um peso morto constituem partes integrantes do processo de acumulação (KOWARICK, 1975, p.61).

Será este modelo que orientará a natureza contraditória da formação econômica nacional, desembocando na generalização do subdesenvolvimento como a exceção sobre os oprimidos: o mutirão é a autoconstrução como exceção da cidade, o trabalho informal como exceção da mercadoria, o patrimonialismo como exceção da concorrência entre os capitais, a coerção estatal como exceção da acumulação privada, keynesianismo *avant la lettre*" (OLIVEIRA, 2003, p. 131).

Neste sentido é que a sociedade brasileira se assemelharia, na metáfora de Francisco de Oliveira (2003), a um ornitorrinco, animal a meio caminho do processo evolutivo, com características muito peculiares e exóticas. Em linhas gerais:

O ornitorrinco é uma das sociedades capitalistas mais desigualitárias – mais até que as economias mais pobres da África que, a rigor, não podem ser tomadas como economias capitalistas –, apesar de terem experimentado as taxas de crescimento mais expressivas ao longo do período [...]. As determinações mais evidentes dessa contradição residem na combinação do estatuto rebaixado da força de trabalho com dependência externa. A primeira sustentou uma forma de acumulação que financiou a expansão, isto é, o subdesenvolvimento, [...], mas combinando-se com a segunda produziu um mercado interno apto apenas a consumir cópias, dando como resultado uma reiteração não virtuosa (OLIVEIRA, 2003, p.143).

O nascimento desta sociedade que carrega a contradição econômica como adjetivo maior é consequência da trajetória da história do capitalismo no país, a qual oscilaria entre duas tendências, a saber: o capitalismo nacional e o capitalismo associado, tendo este último saído vitorioso. A formação capitalista teria se constituído a partir de uma espécie de tripé formado pelo capital privado nacional, o Estado e o capital estrangeiro, tendo este último, nas palavras de Octavio Ianni (1989), engolido os dois primeiros. Aliás, ao longo do processo de formação do país, em virtude principalmente do apequenamento da burguesia nacional diante os interesses estrangeiros, o Estado brasileiro teria atuado como um lugar privilegiado do capital, assumindo funções e encabeçando o planejamento, como assim se viu ao longo do século XX e da história recente. Como aponta Octávio Ianni (1989), em “[...] diversas conjunturas, ao acaso dos acontecimentos, o Estado tem sido levado a intensificar e generalizar a sua presença na atuação das forças produtivas e no desenvolvimento das relações de produção” (IANNI, 1989, p.250). Da Era Vargas aos anos de governo do Partido dos Trabalhadores – PT, décadas depois, essa máxima prevaleceu.

Ainda segundo Ianni (1989), do ponto de vista social, a dinâmica do tripé, comandada pelo capital internacional, levaria à dissociação entre Estado e sociedade civil. Na medida em que a primazia do Estado são os interesses do capital, o Estado nacional perde sua soberania, e a sociedade não se vê mais representada no Estado, uma vez que suas demandas, principalmente as sociais, não são atendidas. Dentro desta lógica, nada mais evidente que a relativização da independência nacional pela perda de autonomia decisória do Estado e a conseqüente fragilização da soberania do povo como fundamento primordial na orientação das ações dos governos.

Mas, a despeito da evidente cooptação do Estado pelo capitalismo, outra contradição da história brasileira decorrente deste fato pode ser apontada no âmbito da cultura política. Trata-se da unificação dos mais diversos grupos e vertentes sociais em torno de campanhas e discursos eleitorais que defenderam (ou ainda defendem) uma narrativa de desenvolvimento econômico e social com pautas que constituiriam uma agenda política muito alargada, que numa leitura mais detida revelam incompatibilidades profundas. Dito de outro modo, em que pese a constituição de um Estado nacional, como bem aponta Ianni (1989), amplamente comprometido com os interesses do capital, em especial do neoliberalismo, criou-se uma outra proposta de modelo: o neodesenvolvimentismo. Este, por sua vez, teria por pretensão uma agenda ampla de desenvolvimento, assentado em uma proposta de acumulação capitalista viabilizada também por um Estado empreendedor e criador das condições macroeconômicas para o crescimento, *pari passu* com a promoção de políticas públicas para redução das desigualdades sociais. As contradições, ao que parecem evidentes, ficariam sufocadas em nome de um abstrato interesse nacional, o qual tem figurado nas retóricas políticas das eleições brasileiras (ou na manutenção de governos) nas últimas décadas na busca pela composição de uma frente ampla para apoio e pelo voto. Como aponta Armando Boito (2018):

Embora ampla e contraditória na sua composição de classe, a frente política neodesenvolvimentista existe e atua como tal. As formas que a integram, embora entrem em conflito, muitas vezes duro, em torno de questões econômicas como salário, direitos trabalhistas e sociais, desapropriação de terra e outras, em momentos críticos do processo político nacional, essas forças têm agido conjuntamente. [...] Em todos os momentos críticos citados [fazendo menção à episódios dos governos federais petistas], a sobrevivência dos governos neodesenvolvimentista esteve ameaçada e, em todos eles, importantes associações patronais, centrais sindicais, movimentos camponeses, movimentos populares por moradia, bem como o eleitorado pobre e desorganizado, apoiaram, com manifestações dos mais variados tipos ou simplesmente com o seu voto [...] (BOITO, 2018, p. 113).

Aliás, tais constatações apontadas por Boito (2018) explicam em muito a composição das chapas, candidaturas e programas de governo que se apresentam na disputa eleitoral de 2022, assim como provocam a reflexão sobre grandes alianças a exemplo da que se formou em torno de Vargas e seu projeto de país há mais de

90 anos. Mas ao que parece, o discurso neodesenvolvimentista da história recente não consegue superar sua contradição de origem, isto é, a relativização ou diluição de agendas antagônicas ou incongruentes, a não ser para justificar o discurso político de determinados projetos de poder. Além disso, ainda que com relativo sucesso no passado recente, não resolveu, pelo menos até o presente momento, a percepção de boa parte da sociedade que não se vê refletida ou representada pelo Estado nacional. Afinal, ainda que com boa dose de retórica, o discurso do Estado, sendo ele o lugar privilegiado do capital, é o “discurso da economia, das razões do capital; e não da política, no sentido da diligência, hegemonia” (IANNI, 1989, p. 263). Neste sentido, o discurso de desinteresse na política nacional presente no senso comum encontra nesta constatação parte importante de sua explicação.

Soma-se a isso o fato de que, mesmo com o processo de redemocratização do país na década de 1980 e com a formação de uma nova Constituição Nacional, os desafios para se alcançar um Estado menos contraditório na defesa dos interesses nacionais permanecem. Basta considerar-se que a cidadania, ancorada em direitos básicos, ainda não se concretizou⁸ dois séculos após a independência nacional, mas permanece como algo no horizonte e, a despeito das transformações urbanas e econômicas pelas quais o país passou, as grandes cidades brasileiras são o palco de um processo de urbanização excludente, da precarização do trabalho e do aumento da violência, a despeito dos níveis de riqueza que o país produz. Se a cidadania não se concretiza, com ela também se inviabiliza a consolidação da principal instituição que pode de fato assegurar a independência de um povo: a democracia. Afinal, garantir direitos a todas e a todos é buscar um “princípio efetivo de igualdade”, como aponta Thomas Marshall (1967), e a igualdade é um princípio fundamental à mais ligeira noção de democracia. De todo modo, não se trata de questionar a existência, pelo menos no que tange à natureza formal e institucional, da democracia no Brasil, mas de se refletir sobre sua efetividade em um contexto social marcado por mazelas sociais profundas, as quais evidenciam a desigualdade histórica e estrutural.

Neste sentido, na medida em que se compreende as contradições que forjaram a construção do Brasil como país e seu intento por independência, desvela-se a danação dos projetos nacionais nos últimos duzentos anos de história. Formalmente o país está pronto, mas nunca se fez.

⁸ Ver mais em: CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

Referências

ANDRADE, Oswald. **Manifesto Antropófago e outros textos**; organização e coordenação editorial Jorge Schwartz e Gênese Andrade. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2017.

BOITO, Armando. **Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT**. Campinas: Editora Unicamp/ São Paulo, Editora Unesp, 2018.

CARONE, Edgar. **A República Velha – Instituições e Classes Sociais**. São Paulo. Difusão Europeia do Livro, 1972, 2ªed.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 6ª. Ed. Rio de Janeiro: Rocco.

DRAIBE, Sonia. **Rumos e Metamorfoses: Estado e desenvolvimento no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2008.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3. ed. Porto Alegre: Globo, 2007.

FERNANDES, Florestan; BASTIDES, Roger. **Branços e Negros em São Paulo: Ensaio Sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana**. São Paulo: Global, 2008.

FERNANDES, Florestan. **Mudanças sociais no Brasil**. 4 ed. São Paulo: Global, 2008.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.1, 1999; v.5, 2002.

IANNI, Octávio. **Capitalismo e democracia**. In:_____. **Estado e capitalismo no Brasil**. 2ª edição revista e ampliada. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

KOWARICK, L. **Capitalismo e Marginalidade na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia**. São Paulo, Ática, 1978.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. Editora Era, México, 1990, 10ª edição (1ª edição, 1973). O postscriptum conforme: **Revista Latinoamericana de Ciências Sociales**, Flacso, (Santiago de Chile), nº 5, junho 1973. Versão digitalizada conforme publicado em “Ruy Mauro Marini: Vida e Obra”, Editora Expressão Popular, 2005. Orgs. Roberta Traspadini e João Pedro Stedile. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marini/1973/mes/dialetica.htm>. Acessado em: 25/06/2022.

OLIVEIRA, Francisco de. O ornitorrinco. In:_____. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo, Boitempo, 2003.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Ed. Cia das Letras, 2011.

VIANNA, Luíz Werneck. **A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

VIANNA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil: história, organização e psicologia**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1987.

WEFFORT, Francisco. O populismo na política brasileira. FURTADO, Celso (coordenador). **Brasil: tempos modernos**. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.